



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA**DISPENSA PJF nº 118/2023 - SEDH
Processo Eletrônico nº 12.566/2023**

A Secretaria de Transformação Digital e Administrativa, através da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, torna público que realizará **DISPENSA**, na forma **ELETRÔNICA**, fundamentada no **Art. 75, Inciso II, de Lei Federal nº 14.133/2021**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Termo de Referência que acompanha este Aviso.

A dispensa se realizará no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília – DF, critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

O **Aviso e Anexos** poderão ser obtidos pelos interessados no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br -, no site da Prefeitura de Juiz de Fora - https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2023/index.php e no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**).

Para atender o disposto no Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Instrução Normativa STDA nº 04, de 27 de Março de 2023, serão observados os seguintes horários e datas:

Divulgação do Aviso: **05/01/2024**.

Prazo de Recebimento Inicial e Final das Propostas: **das 09:00 h do dia 08/01/2024, às 09:00 h do dia 17/01/2024;**

Prazo Final da Fase de Lances: **às 15:00 h do dia 17/01/2024**.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**1.1. Especificações e Quantitativo dos itens:**

Conforme Anexo I– Termo de Referência - deste Aviso

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.3. As contratações poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, devendo o custo de operacionalização e uso do sistema ficar a cargo do proponente.

2.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º e §2º da Lei Federal nº 14.133/21, não será permitido, conforme previsto no artigo 14 da mesma Lei, a participação de fornecedores:

2.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta por Dispensa e seu(s) anexo(s);

2.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

2.5.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o item **2.4.5** será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do proponente.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens **2.4.3** e **2.4.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como em cargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

2.6. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/ cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este aviso, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais, nas quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “**SIM**” ou “**NÃO**” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.9.1.1. Nos **itens exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.1.2. Nos **itens em que a participação não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o proponente não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.9.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.5. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.6. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.9.8. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.9.9. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.10. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.9.11. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do horário e da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO**;

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta inicialmente vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação do fornecedor mais bem classificado da fase de lances serão exigidas, exclusivamente, nas condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa STDA nº 04, de 27 de Março de 2023,

6.1.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do agente solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

6.1.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta e legislação pertinente.

6.1.3. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.1.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.1.5. O proponente deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

6.1.6. É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

6.1.7. Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).

6.2. Todas as certidões e documentos deverão ser apresentadas na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

6.3. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

a) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, para regularização da documentação.

c) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.4. Não será aceita a substituição de documentos de habilitação por protocolo de requerimento de certidão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, para análise minuciosa dos documentos exigidos sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 a 139 da mesma Lei.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.1.1. Os pedidos de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.1.2. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas até o último dia útil anterior à data da abertura da fase de lances.

8.1.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8.1.4. As respostas aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos proponentes, seu acompanhamento.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens **8.2.1** e **8.2.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

8.13. Será facultada ao Agente de Contratação, em qualquer fase processual, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.14.1. ANEXO I – Termo de Referência

Secretaria Especial de Direitos Humanos (**SEDH**)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- ENTE REQUISITANTE

1.1 - Secretaria Especial de Direitos Humanos

2 - OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo de Referência a Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, sendo eles: Projetores, Caixas de som amplificadas (MT 12 A - Bateria e MT 12 A 110/220v), Microfones (SM-58 e sem fio), Cabos para microfone (P10x XLR 5 m); Cabos (Cabo P10x XLR 4.57m; Cabo XLR x P 10 5 m; Cabo XLR - XLR 7 m; Cabo XLR - XLR 10 m; Cabo P 10 - P 10 1 m; Cabo P 10 - P 10 6 m; Cabo P10 - P 10 18 m; Cabo XLR - XLR 1 m; Cabo P10 - P 10 11 m; Cabo P10 - P 10 5 m; P10 - P 10 10 m) Pedestal e Cachimbos para microfone, conforme relação constante neste Termo de Referência, com recursos das Emendas Parlamentares Municipais nº 10.577, 10.775, 10.113, 10.476, 10.884, 10.391 e Emenda Estadual indicação 94661/94663.

2.2 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - A aquisição de itens eletroeletrônicos são de extrema importância para efetivação das atividades de promoção e defesa dos Direitos Humanos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, tanto em suas atividades externas, entre elas Campanhas, Rodas de Conversas, Palestras, entre outras sobre temáticas atinentes a igualdade racial, gênero, população em situação de rua, pessoa idosa, LGBTQIA+, bem como nas diferentes unidades da SEDH. Sendo assim serão adquiridos: Projetores, Caixas de som amplificadas (MT 12 A - Bateria e MT 12 A 110/220v), Microfones (SM-58 e sem fio), Cabos para microfone (P10x XLR 5 m); Cabos (Cabo P10x XLR 4.57m; Cabo XLR x P 10 5 m; Cabo XLR - XLR 7 m; Cabo XLR - XLR 10 m; Cabo P 10 - P 10 1 m; Cabo P 10 - P 10 6 m; Cabo P10 - P 10 18 m; Cabo XLR - XLR 1 m; Cabo P10 - P 10 11 m; Cabo P10 - P 10 5 m; P10 - P 10 10 m), Pedestal e Cachimbos para microfone.

Os Projetores contribuirão para o bom andamento de reuniões e plenárias na Casa dos Conselhos e no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, bem como no desenvolvimento de atividades diversas na Espaço de Acolhimento Emergencial para Mulheres (Casa Abrigo), da Casa da Mulher, além das atividades educacionais desenvolvidas junto aos alunos dos Cursos Preparatório para Concursos - CPC. O Projetor permite a exibição da tela do computador (ou de outro dispositivo) de maneira ampliada tornando possível a todos os presentes no ambiente assistir apresentações de slides, sequências de documentos, fotos, vídeos, dentre outros, bem como no desenvolvimento de tarefas colaborativas. Tornando desta forma, a informação mais ampliada e podendo ser compartilhada por todos ao mesmo tempo, contribuindo para compartilhamento de informações e democratizando os debates. Para tais aquisições serão utilizados recursos oriundos das Emendas Parlamentares nº 10.577, 10.775, 10.884 e 10.476.

As Caixas de Som, sendo algumas a bateria, serão utilizadas em espaços abertos (praças, ruas etc), já as outras a serem adquiridas, que são de voltagem, ou seja, ligadas a energia, serão utilizadas nas unidades da SEDH para efetivação de ações como: no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD em suas atividades internas, na Casa dos Conselhos, visto que o salão da Casa é bastante grande e necessita de um som de melhor qualidade do que o disponível naquele local. Já nas atividades externas, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD não dispõe de nenhum equipamento de som, o que é muito importante para campanhas, mobilizações e eventos do Conselho. Para o Cursos Preparatórios para Concursos (CPC) o equipamento de som será usado para atividades internas e externas, tais como: aulas em locais abertos e fechados, visitas guiadas e os vários usos pedagógicos que



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

este tipo de equipamento, pode proporcionar para um cursinho preparatório para concursos. Os equipamentos ainda serão utilizados nas atividades externas itinerantes, realizadas nos diferentes territórios do município de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SEDH, possibilitando o acesso à informação e direitos que muitas vezes são desconhecidos por uma grande parcela da população. Para tais aquisições serão utilizados recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 10.113, 10.577, 10.476 e 10.391.

Os Microfones (fio e sem fio), Cabos, Pedestal e Cachimbos para microfone, são essenciais para o funcionamento dos equipamentos de som supracitados. Serão adquiridos com recursos oriundos das Emendas Parlamentares: 10.113, 10.577, 10.391 e Emenda Estadual indicação 94661/94663.

3.1.1 - Nesta premissa, torna-se necessária a aquisição dos objetos descritos neste Termo de Referência.

4 - AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1 - Especificações e valores estimados constam da Planilha Relação de Materiais Especificados.

5 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO E PREVISÃO FINANCEIRA

5.1 UG - 671100, Classificação Funcional nº 14.122.0015.2230.0000 / 14.122.0007.2004.0000 / 14.422.015.1072.0000 / Fonte de Recursos:1500009004, ND – 4.4.90.52.17.

6 - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

6.1 - A proponente vencedora será obrigada a atender todos os pedidos efetuados.

6.2 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da SEDH, a qual deverá ser feita através do contrato de fornecimento/Nota de Empenho.

6.3 - A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s), deverá(ão) ser anexada(s) ao processo de execução da despesa.

6.4 - A proponente vencedora fornecerá somente os objetos relacionados neste Termo de Referência.

6.5 - A SEDH não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

6.6 - Os objetos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento às especificações discriminadas neste Termo de Referência e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a proponente de produtos em condições inadequadas de uso.

7 – HABILITAÇÃO/ CRITÉRIO PARA PROPOSTA /SANÇÃO

7.1 - As exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas e sanções por inadimplemento serão aquelas previstas no edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 da IN STDA nº 04/2023: comprovação da regularidade fiscal federal e municipal, social e trabalhista, e, no caso de ser pessoa natural, as exigências limitam-se à quitação com a Fazenda Federal e Municipal. Sendo necessária ainda a apresentação dos seguintes documentos:

- a) declaração, por parte da contratada, de que não emprega menores em desacordo com os normativos legais (art. 7º, XXXIII da CF/88);
- b) declaração, por parte da contratada, de que não possui como sócios aqueles indicados no art. 65, inc. V, da Lei Municipal nº 13.830/19;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Municipais (art. 41 do CTM).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7.3 - O critério de seleção da proposta se baseará na aceitabilidade de preço unitário, de acordo com a especificação proposta no item 4.1.

8 – VIGÊNCIA /PRAZO DE ENTREGA

8.1 - Entregar o produto, nos locais informados, em até 20 dias depois do recebimento da nota de empenho

9 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

9.1.1 - Entregar os produtos deste Termo de Referência, segundo as necessidades e requisições da SEDH.

9.1.2 - Entregar o produto especificado na Requisição de Compras, de acordo com as necessidades e o interesse da SEDH, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.3 - Constituem o presente Termo de Referência Projetores, Caixas de som amplificadas (MT 12 A - Bateria e MT 12 A 110/220v), Microfones (SM-58 e sem fio),

Cabos para microfone (P10x XLR 5 m); Cabos (Cabo P10x XLR 4.57m; Cabo XLR x P 10 5 m; Cabo XLR - XLR 7 m; Cabo XLR - XLR 10 m; Cabo P 10 - P 10 1 m; Cabo P 10 - P 10 6 m; Cabo P10 - P 10 18 m; Cabo XLR - XLR 1 m; Cabo P10 - P 10 11 m; Cabo P10 - P 10 5 m; P10 - P 10 10 m), Pedestal e Cachimbos para microfone. Conforme relação constante neste Termo de Referência (Item 4.1), com recursos das Emendas Parlamentares Municipais nº 10.577, 10.775, 10.113, 10.476, 10.884, 10.391 e Emenda Estadual indicação 94661/94663 e deverão ser entregues na Prefeitura de Juiz de Fora - Av. Brasil, 2001 | Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36060-010, dentro do horário comercial compreendido das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00.

9.1.4 - Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da SEDH.

9.1.5 - Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado.

9.1.6 - Entregar o produto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

9.1.7 - Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando a SEDH o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

9.1.8 - Comunicar imediatamente a SEDH quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

9.1.9 - Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do produto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

9.1.10 - Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do produto entregue.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.1.11 - Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expresse consentimento da SEDH.

9.1.12 - Efetuar a troca do produto considerado sem condições de uso no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor de Compras da SEDH.

9.1.13 - Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a SEDH de quaisquer ônus e responsabilidades.

9.1.14 - Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a SEDH ou a terceiros, durante a execução do contrato de fornecimento, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da SEDH podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da proponente vencedora;
- b) medida judicial apropriada, a critério da SEDH.

9.1.15 - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.1.16 - Entregar o produto, nos locais informados, em até 20 dias depois do recebimento da nota de empenho

9.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA SEDH

9.2.1 - Conferir o fornecimento do produto, embora a proponente vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

9.2.2 - Proporcionar condições à proponente vencedora para que possa fornecer o produto dentro das normas estabelecidas.

9.2.3 - Comunicar à proponente vencedora qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

9.2.4 - Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

9.2.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela proponente vencedora.

9.2.6 - Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência.

9.2.7 - Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

9.2.8 - Encaminhar a solicitação de pagamento a secretaria responsável pelo pagamento à proponente vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, por meio do fiscalizador designado.

10 – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1 - Conforme Lei nº 14.133/2021, Artigo 140º, Inciso I, alínea a e b que diz sobre o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pela SEDH.

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

10.1.1 - A SEDH atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à proponente vencedora;

10.1.2 - O recebimento definitivo dos objetos deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

11 – DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será em até 30 (trinta) dias e creditado em favor da proponente vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor de compras.

BANCO: AGÊNCIA:CONTA CORRENTE: LOCALIDADE:

11.2 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

11.3 - Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

11.4 - No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 11.3 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a SEDH autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à proponente vencedora, das penalidades previstas.

11.5 - A SEDH poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela proponente vencedora, por força da contratação.

11.6 - Quando ocorrer a situação prevista no subitem 11.5, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

11.7 - Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

12 - DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente ou ao contratado às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo próprio, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.4 - A multa por inexecução será aplicada nos seguintes casos:

- a) Atraso na entrega: se a parte contratante não cumprir os prazos estipulados no contrato, será sujeita a uma multa de 0,5% do valor total do contrato para cada dia de atraso, limitado a um máximo de 10% do valor total.
- b) Qualidade insatisfatória: caso os produtos ou serviços entregues não atendam aos padrões de qualidade acordados no contrato, a parte contratante estará sujeita a uma multa de 0,5% do valor total do contrato.
- c) Se a parte contratante não cumprir outras cláusulas contratuais relevantes que levem a prejuízos financeiros para a outra parte, será aplicada uma multa de 5% do valor total do contrato.

12.5 - Procedimentos de Aplicação da Multa:

- a) A administração pública notificará à parte contratada, descrevendo os detalhes da inexecução e solicitando correção ou compensação.
- b) A contratada terá um prazo de 15 dias, para corrigir a inexecução ou oferecer uma solução satisfatória.
- c) Após o prazo de correção, se a inexecução persistir ou se a solução proposta não for aceitável, a administração pública poderá adotar uma das sanções discriminadas no item 12.2.

Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 1
Data: 03/01/2024

Processo:	Ano:	Diretoria:				
12566	2023	SEDH				
Item	Qtdade	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Unitário	Estimado
1	4,00	167308000	Unidade	Projetor Multimídia WXGA Resolução nativa: 1280x800; Sistema de projeção: 3LCD ou DLP; Luminosidade: 4.000 Ansi lumens; Proporção da Tela nativa: 16:10 e compatível com 4:3 e 16:9; Vida útil da lâmpada: 6.000 horas (modo normal); Conectividade: HDMI x 1; VGA D-sub 15-pinos x 1; Vídeo RCA x1; USB x1; Áudio-In x1; Áudio-Out x1; Contraste: 20.000:1; Alto falante incorporado: 3W; Método de projeção: Frontal, traseira, montado no teto; Acessórios: Controle remoto com pilhas, cabo de energia, cabo do computador e manual de consulta rápida em português. Garantia de 12 meses do fabricante para o Projetor e 90 dias para a lâmpada	4.765,6700	19.062,6800
2	3,00	477200001	Unidade	Pedestal para Microfone, com regulagem e estante Girafa, acompanha cachimbo. Estilo Clássico. Dimensões (C x L x A): 16 x 16 x 68cm; Material em Aço e Pés retrateis emborrachados. Cor a Definir.	123,9300	371,7900
3	3,00	459360032	Unidade	Suporte Cachimbo para Microfone, Sem Fio, Com rosca Metálica. Cor a Definir. Material Plástico PVC Resistente.	16,9300	50,7900
4	3,00	167500037	Unidade	Caixa de Som Amplificada Multiuso - Possui Bateria, Bluetooth e Player de Pen Drive. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Woofer de 12 Polegadas;- Tweeter: 2 Domes dinâmicos;Sensibilidade: 99db; Resposta: 40 Hz a 20KHz; Reproduz PENDRIVE e ou Cartão SD MP3 / WMA e identifica pastas; Alimentação: 12V ou 110V/240 V Bivolt automático; Proteção: Por fusível; Entradas: USB / SD Card / BLUETOOTH com controle de volume; 1 entrada P10 para microfone com controle de efeito e de volume; 2 entradas P10 para Instrumentos / Microfone com equalizador de 3 bandas, efeito e volume; 1 entrada P10 para teclado com controle de volume; 1 entrada E 1 saída RCA AUX IN/OUT. Dimensões e Peso: Altura: 430 mm; Largura: 520 mm; Comprimento: 310 mm; Peso: 14Kg. Conteúdo da Embalagem: 01 Cubo Multiuso BT, 01 Controle Remoto, 01 Cabo de Força.	2.973,3300	8.919,9900
5	5,00	167500042	Unidade	Caixa de Som Amplificada Multiuso - Não Possui Bateria - Voltagem 110 V/220 V - Não Recarregável - Possui Bluetooth - Largura 430 mm x Altura x 520 mm x Profundidade x 310 mm - Filtro do Alto Falante: Divisor de Frequência - Formato do Alto Falante: Caixa - Tipo de Alto Falante: Woofer - Portátil e Profissional. Cor a Definir	2.880,2700	14.401,3500
6	4,00	467500016	Unidade	Microfone Sem Fio de Mão, seleção de frequência automática para localizar uma frequência aberta com o acionamento de um botão. Configuração automática do transmissor para sincronizar instantaneamente o transmissor com a frequência do receptor. LED de alimentação com indicador de bateria baixa. LED RF para indicar o sincronismo do transmissor quando iluminado. Largura de banda de 24MHz. Suporte para até 20 sistemas compatíveis simultaneamente. Controle de nível de saída do receptor para gerenciar a saída para câmera/mixer. Saída de cabo TA3F para conectores XLR ou de 1/8? (incluída). Antenas de diversidade para uma recepção consistente do sinal transmitido. Montagem de sapata para câmera (incluída). FP2 Handheld Transmitter Configuração automática do transmissor para sincronizar instantaneamente o transmissor com a frequência do receptor. Indicador LED para travamento de controle, sincronismo de RF por IR e indicador de bateria fraca. Inclui cápsula cardioide. CONTÉM NA CAIXA - Microfone, Case de transporte de couro; Cachimbo; Organizador de cabo; Manual do usuário; Certificado de 2 anos de garantia	659,9300	2.639,7200
7	12,00	461450082	Unidade	Cabo de Microfone XLR-P10 - Cabo de microfone de alta impedância, Fabricado com liga de cobre OFHC e bitola de 2 x 0.20 mm ² / 24 AWG (SC20). Montado com conector XLR fêmea injetado em ZAMAC (liga de alumínio) e conector P10 usinado em latão (CLA) niquelado e blindado com thermocontratil. Revestimento PVC. Comprimento mínimo 4,57m. Ref.: Santo Ângelo Ninja HG B ou similar técnico.	90,6000	1.087,2000
8	3,00	461450086	Unidade	Cabo XLR de áudio para Microfone, 7metros - Cabo Balanceado, de uso Profissional. Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída XLR fêmea, Diâmetro do Cabo 30 mm, 1 Conector de entrada XLR Macho, Material de revestimento do conector com cobertura: PVC Flexível. Faixa de Frequência 20 Hz a 20kHz, Peso 600 g, Capacitância 55pF/m, Blindagem: Trança de cobre estanhado.	94,0000	282,0000
9	1,00	461450088	Unidade	Cabo XLR de áudio para Microfone, 10 Metros - Cabo Balanceado, de uso Profissional. Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída XLR Fêmea, Diâmetro do Cabo 6 mm, 1 Conector de entrada XLR Macho, Blindagem: Liga de Cobre 100% estanhado OFHC. Impedância de 56 Ohms	177,6700	177,6700

10	4,00	461450091	Unidade	Cabo XLR de áudio para Microfone, 1 Metro - Cabo Balanceado, de uso Profissional. Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída XLR Fêmea, Diâmetro do Cabo 6 mm, 1 Conector de entrada XLR Macho. Diâmetro do Cabo 6 mm Blindagem: Envolvimento + Cobre livre de Oxigênio	51,6700	206,6800
11	2,00	461450093	Unidade	Cabo de Áudio P10 x P10, 1 Metro - Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída P10 Macho, 1 Conector de entrada XLR Macho. Diâmetro do Cabo 6 mm. Material de Revestimento do Conector: Niquelado.	40,1700	80,3400
12	1,00	461450094	Unidade	Cabo de Áudio P10 x P10, 11 Metros - Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída P10 Macho, 1 Conector de entrada XLR Macho, Diâmetro do Cabo 6 mm. Material de Revestimento do Conector: Niquelado	115,6700	115,6700
13	2,00	461450095	Unidade	Cabo de Áudio P10 x P10, 18 Metros - Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída P10 Macho, 1 Conector de entrada XLR Macho. Diâmetro do Cabo 6 mm. Material de Revestimento do Conector: Niquelado.	165,6700	331,3400
14	2,00	461450097	Unidade	Cabo de Áudio P10 x P10, 6 Metros - Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída P10 Macho, 1 Conector de entrada XLR Macho. Diâmetro do Cabo 6 mm. Material de Revestimento do Conector: Niquelado.	81,8300	163,6600
15	1,00	461450092	Unidade	Cabo de Áudio P10 x P10, 5 Metros - Quantidade de conectores: 1 Conector de Saída P10 Macho, 1 Conector de entrada XLR Macho. Diâmetro do Cabo 6 mm. Material de Revestimento do Conector: Niquelado.	73,0000	73,0000
16	1,00	461450085	Unidade	Cabo de Sinal P10 X P10 - Cabo de Microfone com liga de cobre OFHC (Isento de Oxigênio), Blindagem trançada + Fita de alumínio, bitola 0,30/22AWG. 1 Conector de saída P10 Macho, 1 Conector de entrada P10 Macho, Tipo de cabo e adaptador: Plug. Comprimento do cabo: 10 metros	113,3000	113,3000
17	10,00	167500041	Unidade	Microfone com cabo 5 metros, corpo metálico, chave ON/OFF: Sim -Frequência 50 Hz a 15KHz -Sensibilidade a 1KHz -Cor a Definir -Tipo Diagrama: Polar Unidirecional Cardioide -Globo em Aço -Cabo Coaxial blindado com cinco metros Filtro pop montado internamente no Globo -Capsula dinâmica com ímã de neodímio, Conector XLR 3 PINOS, -Peso 240 g. -Caixa com 1 Microfone, 1 Estojo para transporte e 1 Suporte de Microfone.	169,9300	1.699,3000

Total estimado do Processo: R\$ 49.776,48